

M-93-15

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



715  
Dusef

Pioneirismo de Mossoró no processo abolicionista

Miriam Pinheiro de Moura

Natal, Dezembro de 1993

Miriam Pinheiro de Moura



O pioneirismo de Mossoró no processo abolicionista

Monografia, apresentada a disciplina  
pesquisa histórica II, que será o ob-  
jeto da terceira avaliação, realiza-  
da sob a orientação da professora :  
Marlene Mariz. -

Natal, Dezembro de 1993



A humildade é a melhor  
virtude para a espiri-  
tualização do ser human  
no.

Miriam

Sumário



Introdução .....	1
Capítulo I .....	2
A Presença do escravo negro no Brasil .....	2-6
Capítulo II .....	7
A utilização da mão-de-obra escrava na sociedade norte-rio-grandense .....	7-11
Capítulo III .....	12
A abolição e o caso de Mossoró .....	12-17
Referência Bibliográfica .....	18-19



O presente trabalho pretende analisar na história do Rio Grande do Norte o pioneirismo de Mossoró no processo abolicionista vigente, nos períodos ( de 1883-1888 ). A globalização da pesquisa é direcionada contudo dentro da questão local em que a mesma foi destinada. Estudar esse evento referente a Mossoró não é uma missão fácil, uma vez que as fontes são raras, dificultando assim, as informações em âmbito mais abrangente, ou seja, mais profundo.

Existe todavia, um interesse histórico maior, voltado a esse respeito no que concerne o fator social, econômico e político na época em vigor e como também para a população atual que comemora em seu calendário no dia 30 de setembro a abolição dos escravos nesta cidade. É relevante dizer que se tem alguns registros mostrando Mossoró como pioneiro da abolição a nível do Brasil, não obstante isso ocorreu a nível de Rio Grande do Norte porque Aca-rapê, município do Ceará, foi que deu o primeiro passo na abolição de sua comunidade escrava, muito embora esse fato tenha se dado no mesmo ano da abolição de Mossoró a diferença está nos meses.

Numa ocorrência injustificável a civilização africana se filiou como serva da civilização branca européia que por sua vez, irá subestimá-la de todas as formas. A palavra escravidão não é fruto do surgimento dos tempos modernos, ela existiu nas comunidades primitivas e na idade antiga. Se estendeu por vários séculos vindo a ser superada na era moderna pela servidão. No entanto na colonização ela irá ressurgir com todo rigor.

Os europeus após a descoberta do novo mundo ao iniciar sua colonização a qual visava alferir altos lucros e o enriquecimen-to de suas metrópoles, para solucionar o problema da mão-de-obra, recorreram a escravidão do elemento africano cujo comércio proporcionava lucros extraordinários e abastecia as colônias da Amé-rica, da mão-de-obra necessária ao sistema de colonização nelas desenvolvidas.

Milhares de escravos também vieram para o Brasil, mas não i-mediatamente. Afinal numa economia cuja finalidade era o lucro, a rentabilidade da empresa é que determinava a direção do tráfico.

Ora, em seus primeiros tempos a colônia portuguesa estava um tanto longe de poder comparar-se às florescentes congêneses espanholas, abundantes nos metais preciosos que tomavam os galeões enviados para buscá-los. As áreas pertencentes à Espanha chamavam-se continuamente por seus escravos. Já no ano de 1502 carregamentos, na maioria de negros chegaram à América, inaugurando a era colonial da qual será indissociável o tráfico negreiro. Em 1518 o merca-do de Sevilha, sede do comércio espanhol para as Índias ocidenta-is, não conseguia atender as exigências da procura.

A medida em que a exploração aumentava, mais necessário se fa-ziam, sua valorização crescia e era preciso ir buscá-los aos mi-lhares diretamente das feitorias portuguesas da África.

É compreensível pois, que os traficantes reinóis se empenhassem muito mais em vendê-los à América espanhola, disposta a pagar qualquer preço por eles, dados os altos lucros obtidos nas atividades de mineração.

No Brasil, todavia, a situação era diferente. Por numerosas e difíceis que tenham sido as tentativas de devastar a região litorânea em busca dos ricos metais, nada se encontrou; escondiam-se e sempre no interior da colônia, em áreas só exploradas sistematicamente a partir do final do século XVII. Pouco mais havia para comerciar além do pau-brasil. O plantio da cana começa a se desenvolver somente várias décadas após a descoberta e nesse início existia uma incógnita. Por mais que emanassem pelo braço negro, os proprietários deveriam conter-se com o trabalho do índio.

Percebe-se que o Brasil demorou bastante após o descobrimento para que o trabalho escravo africano se fizesse presente em suas terras. Contudo, na concepção do comerciante europeu sua presença era tão valiosa como seu próprio ímpeto de exploração. Sabemos que a escravidão para a África significou no despovoamento e para os africanos o crime de desrespeito quando os mesmos foram arrancados de sua nação e proibidos de manifestarem sua cultura, no mundo ocidental.

Somente com a implantação dos engenhos e a regência de D. Catarina, permitir-se-a o resgate até de 120 cativos por ano, dando, então, início a um fluxo cujo aumento será proporcional a reabilitação da colonização. ( ) parte?

É verdade que as fontes apontam a existência de africanos e cativos no Brasil antes desta época. Diz que alguns poderiam ter vindo com D. Pero Capico entre os anos de 1516-1526.

Contudo, se vieram, foi de forma esporádica, como parte da bagagem dos povoadores.

Portanto, é a rentabilidade da empresa colonial que orienta

a direção do tráfico, explicando a introdução imediata do negro, na América espanhola e mais tarde no Brasil.

Com proliferação dos engenhos os africanos começaram a entrar no Brasil dando início a "via cruces" para eles com o desdramamento dos seu braços e começando um cotidiano amargo, árduo, punidos quando em vez pelos castigos dos feitores; compulsados a um regime maldito de um sistema capitalista que viam apenas na forma desumana de trabalho.

Segundo o historiador Robert Courad o Brasil, de todos os países da América Latina, era aquele que as condições econômicas e geográficas, sem falar nas sociais, favoreciam mais uma rejeição aparente das cruzadas antiescravaturas até o século XX.

O Brasil não é, como designam os ideólogos das classes dominantes um país branco, europeizado, mas um país essencialmente mestiço com uma grande população negra e uma cultura em grande parte influenciada por suas origens negras e indígenas.

Do ponto de vista étnico grande parte da população brasileira é negra, mulata-mestiça-mestiça do negro com o branco-e confusa-mestiça do negro com o índio. Há uma grande concentração de negros nas áreas em que houve no período colonial e imperial, maior concentração de escravos, como o Vale do Itapecuru no oeste oriental, no Recôncavo baiano, na área de grande produção de ouro e pedras preciosas de Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em porções do estado de São Paulo.

Na culinária a influência negra se fez notar. Em algumas regiões brasileiras a alimentação é carregada no uso de óleos, como dendê, ou excessos de temperos e pimenta, de origem oriental, bem a gosto dos africanos. A cozinha baiana com suas comidas típicas como o vatapá, caruru, acarajé e etc, é famosa em todo o país e resulta de uma forte influência africana. Da África vieram alimentos e comidas típicas antes desconhecidos no Brasil e hoje é de grande

aceitação por parte da maioria da população, como a banana, o inhame, o cará de São Tomé, o sargo, conhecido como milho d'angola, etc. E se há grande conotação africana em nossos usos e costumes e no nosso linguajar, há também em contrapartida, uma influência brasileira em grande parte indígena na costa africana, sobretudo na área do Golfo de Guiné, para onde voltaram numerosos ex-escravos, que vieram e viveram no Brasil, sobretudo na Bahia. (fonte)?

A consciência de uma africanidade na cultura como um todo, vem desenvolvendo, nos últimos anos, uma preocupação com um melhor conhecimento do continente africano.

As regras do jogo nessa sociedade brasileira, cuja economia se fundamentava por inteiro na escravidão, estão aparentemente em mãos dos senhores, no entanto, o escravo pode aceitar ou recusar, as regras desse jogo. por certo, na maioria das vezes é difícil recusá-las todas, pois resta-lhes a fuga ou a morte, mas ele dispõe, de mil possibilidades de aceitá-las, porem modelando-as. Apesar de algumas recusas violentas que se devem registrar toda uma gama, sutil de reações, invenções, adaptações originais e repulsas disfarçadas conseguirá impor a paz social no conjunto do Brasil escravista. Para que tal coisa ocorra basta deixar o negro em certo tempo para adaptar-se, é suficiente que senhores e escravos viviam bastante tempo juntos, para que esse último crie seus próprios refúgios e aprenda o espaço físico no qual se pode movimentar e as liberdades pessoais de que pode usufruir. Por possuir a consciência desse problema do tempo, a igreja mostra-se tão pouco exigente em relação a fé de ovelhas escravas. Sabe-se que não se faz um cristão em poucas horas, que a verdadeira conversão é assunto, de meses e anos. Também o senhor é consciente de que educação do trabalhador leva tempo e ele sozinho não pode fazer tudo. Conta com a ajuda da igreja, mas conta igualmente com todo o grupo escravo. Mundo dos homens livres e mundo dos escravos opõem-se, mas

estão também em estreita dependência um com o outro. Ser escravo no Brasil é buscar a superadas contradições entre dois mundos e ao mesmo tempo, das tensões no grupo dos escravos. O negro deve, renunciar de certas formas do seu mundo anterior mas de sua vida nova, nova se ele se integrar bem, pode oferecer-lhe, como veremos, outras riquezas, ganhos libertadores, por serem criadores de um modo novo de pensar e sobretudo, novos laços afetivos. O próprio senhor dá-se conta disso; para eles, os negros desembarcados há pouco são forçosamente homens rudes, retraídos, hostis e tristes. Sabe-se que alguns permanecerão assim até a morte. Mas também que a maioria deles passados alguns anos tornase-ão capazes e experientes, aprenderão seu catecismo e adotarão modo de vida. São chamados de "escravos feitos no país", isto é, negros assimilados e adaptados.

As relações sociais no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX, são, pois, complexas, bem mais do que a imagem simplificadora refletida pela clássica oposição entre homens livres dominantes e os homens pretos dominados; na classe "dominada" os níveis de hierarquia social são tão implacavelmente sentidos quanto na classe dominante. Por vezes o relacionamento entre escravo e seu senhor, é mais ameno do que entre dois escravos ou entre um escravo e um liberto. No entanto, o escravo tende a solidariedade-se. Ele busca e encontra numa prática social extremamente complicada, cujas engrenagens são ainda um pouco conhecidas mas que passa por tudo aquilo que interessa à vida de relações de associação. (fonte) ?

A utilização da mão-de-obra escrava na sociedade  
norte-rio-grandense

Aqui no Rio Grande do Norte como em todo o Brasil o sistema de escravidão não foi diferente das outras regiões do país uma vez que, os africanos que aqui chegaram tiveram seus dias e suas vidas acorrentados no trabalho compulsório.

Segundo as informações de pesquisadores referentes a esse assunto os primeiros escravos que aqui chegaram em terras brasileiras datam de 1530, contudo, vale salientar que os documentos fornecidos por João Calação Rodrigues, o primeiro governador da capitania do Rio Grande do Norte os escravos africanos chegavam ao Rio G. Norte em 1711, em regime de força e discriminação. Porém é bem possível que antes desta data, o Rio Grande do Norte já havia recebido negros escravos procedentes de Pernambuco, Paraíba ou mesmo do Ceará.

Os primeiros africanos chegaram ao Rio Grande do Norte na segunda metade do século XVII, segundo informações de Luís C. de Assunção, em artigo publicado no suplemento " Domingo " da Tribuna, edição do dia 17 de maio de 1987.

Eles aqui chegando, foram para os engenhos de Cunhaú e Ferreiro Torto e posteriormente para os engenhos de cana-de-açúcar, precisamente nas cidades de Ceará-Mirim, São José de Mipibú, Goianinha e Canguaretama. *(parte)*

Os fazendeiros que se localizavam no interior do estado, precisamente no sertão comprovam os escravos e os mesmos eram destinados as lavouras. Muitos negros fugiam do litoral e penetravam no interior a dentro, onde eles eram apanhados pelos fazendeiros que os escravizavam. Muitos fazendeiros ficavam com os escravos fugitivos e davam um tratamento bem melhor do que recebiam os outros escravos, a fim de que os mesmos não voltassem a fugir. Essas fazen -

das ficavam localizadas nas áreas onde as terras, que eram aproveitadas para o plantio das lavouras.

Segundo o escritor José Ailton de Lima, a partir do século XIX o estado do Rio Grande do Norte teve a produção de açúcar duplicada, sendo necessário o aumento na entrada da população negra de procedência do Maranhão em grande escala. Esses escravos desembarcaram em Areia Branca, Mossoró, Macau e em outras localidades a região oeste. A população negra vinda do Maranhão superou a que, um dia veio de Pernambuco.

De acordo com as pesquisas realizadas na época a população escrava era a seguinte: em 1835-10.240; 1855-20.444 e 1870-24.236. A partir daí começou a verificar o declínio da população negra e sua extinção. De acordo com o censo de 1874 esse nº caiu para 23.467.

Quando a Lei Áurea chegou em 1888, o capitalismo a nível internacional tinha sido ampliado e o comércio brasileiro, se lucrava pelo motivo dos nossos produtos manufaturados serem confeccionados pelos escravos, enquanto que os produtos ingleses eram produzidos pelos trabalhadores. Daí os produtos ingleses serem mais caros do que os brasileiros. A Lei Áurea foi uma imposição dos estrangeiros, precisamente os ingleses. Depois da libertação dos escravos, o Brasil ficou sem a mão-de-obra e foi obrigado pelas forças das circunstâncias partir do zero, a fim de qualificar o trabalhador brasileiro. Havendo nesta época, decréscimo na nossa economia, precisamente os nossos produtos manufaturados. E a plantação do açúcar.

*fante ?*

Os negros foram retirados das senzalas e ficaram sem terras porque as terras pertenciam aos grandes latifundiários, impossibilitando a formação de pequenos proprietários. O problema daquela época vem perdurando até os dias de hoje.

Sem terras para trabalhar o escravo se marginalizou.

Os negros sem condições de trabalhar, a mulher negra foi imposta a assumir a responsabilidade da casa, através de trabalhos, como lavagem de roupas e serviços domésticos.

No Rio Grande do Norte este problema foi atuante como qualquer parte do Brasil. Nos centros urbanos precisamente em Natal a mão-de-obra assalariada não lhes dava vez por falta de habilitação, excesso existente e até por preconceitos. No interior não havia mais possibilidade de emprego na agricultura. Muitos escravos foram ocupados no interior como vaqueiros. Os escravos chegando, muitas vezes ao interior, integraram a vida interiorana desde a arte culinária até os hábitos regionais, inclusive os religiosos.

Ainda hoje, no interior manifestam-se costumes que foram introduzidos pelos negros no campo do trabalho, temos por exemplo o trabalho de meia, onde o patrão oferece a terra, as sementes e a criação. O trabalhador entra apenas com a força física e tudo o que é produzido é dividido meio a meio.

Em 1808, ano da abertura dos portos as nações amigas, em Natal, havia mil brancos, dois mil oitocentos e trinta e seis mulattos e mil cento e vinte e sete escravos. Três anos depois em 1811 segundo o quadro estatístico a população da província do Rio Grande do Norte era de quarenta e nove mil duzentos e cinquenta e seis habitantes, dos quais oito mil era de escravos. *(fonte)?*

Naquela época havia entre a capital da província, cidades e distritos, 12 aglomerações urbanas apresentando a seguinte estatística de números de escravos. Natal: mil duzentos e cinquenta e dois; Princesa, atual cidade do Acú: mil duzentos e onze; São José de Mipibú: mil cento e cinquenta e um; Apodi: mil e setenta e três; Extremoz: oitocentos e sessenta e sete; Cidade do príncipe, atual Caicó: oitocentos e setenta e um; Pau dos Ferros: quatrocentos e sessenta e nove; Goianinha: trezentos e noventa e um; Vila Flor, atual Canguaretama: trezentos e oitenta e quatro; Coité, atual Macaíba

cento e trinta;Arez:cento e vinte e sete;Portalegre:cem.

Nota-se pela quadro estatístico que as cidades de São José de Mipibú,Natal,Princesa e Extremoz,apresentam um grande número, um tanto a mais que as outras de escravos,devido essas localidades serem áreas produtoras de açúcar,como em Açú por possuir um grande rebanho de gado.A cidade de Caicó apresentava também um bom número de escravos,por ser aquele município grande produtor de feijão,milho e o algodão.

Como depõe Câmara Cascudo,nunca o Estado do Rio Grande do Norte teve importação direta de negros africanos,sendo os escravos daí adquiridos em Pernambuco;como o ciclo do açúcar chegou , uma vez um tanto retardado a terra potiguar,os escravos do Rio G. do Norte não chegaram a constituir uma grande percentagem da população,pois em 1805 compreendiam apenas 16,3% do total dos habitantes da outra capitania.O número de escravos subiu a proporção que aumentou a produção de açúcar;assim,em 1835,havia na província dez mil duzentos e quarenta escravos,continuando o número a ascender até 1870.O avanço da cultura do algodão e a grande seca de 1877,arruinando muitos proprietários,determinou a venda de uma grande quantidade de escravos para o sul,a ponto de em 1884 restarem apenas sete mil seiscentos e vinte e três cativos em toda a província.Comparando-se com a Bahia,em 1854,observa-se que enquanto nessa província havia mil e duzentos engenhos com setenta mil escravos,no Rio Grande do Norte havia apenas quarenta e quatro engenhos e mil quinhentos e oito escravos,isto é,dos escravos para cada engenho,conta cinquenta e oito para cada engenho da Bahia.Segundo argumentava o presidente Passos,tinha a Bahia oito vezes mais escravos que o Rio Grande do Norte.Nos meados do século era comum haver senhores-de-engenho,é claro,que mantinham suas propriedades com 4 ou 5 escravos e 20 ou 30 trabalhadores livres.Estes,além de ficarem na mais rigorosa dependência do

senhor, ganhavam salários já então baixíssimos, em torno de 400 réis diários. Tanto que, ao ser aprovada a Lei Aurea, havia no Rio Grande do Norte apenas quatrocentos e oitenta e dois escravos ; a transição para o trabalho livre já havia sido feita.

## A abolição e o caso de Mossoró

Faz-se necessário uma observação com relação a questão abolicionista da cidade de Mossoró no que tange a conotação humanitária dada ao evento. Não obstante o processo abolicionista não só mossoroense como a nível nacional foi puramente econômico, político mas nunca social.

A comunidade escrava existente nesta cidade provinciana era por demais pequena o que possivelmente tenha ocasionado o pioneirismo em caráter local ou seja a nível de Rio Grande do Norte. Alguns estudiosos do caso Mossoró atribuem esta ação a sociedade, a dominante, vigente na época, que por sua vez se compunha de ricos comerciantes, juizes, políticos e a imprensa. É importante salientar que apesar dos poucos escravos ali residentes ocorreram fortes resistências para que os mesmos não viessem a ser livres.

Em todo o Brasil uma única cidade comemora festivamente data da campanha da abolição. Não recorda, nas expansões da alegria coletiva, 13 de maio, mas 30 de setembro e em vez de referir-se a 1888 cita-se 1883. Mais sugestivo e poderoso é o elemento emocional que o econômico. A prova é Mossoró eleger para sua data histórica, motivo de júbilos de sua população, o dia em que libertou o derradeiro escravo do município. *(fate).?*

A escravaria não baseava os fundamentos econômicos de Mossoró nem do braço africano proveio sua grandeza no plano industrial e financeiro. O escravo, na história das utilidades mossoroenses, era elemento precioso. Havia de viver-se sem o escravo. Mas o importante é que a data 30 de setembro de 1883 constituiu-se o dia de Mossoró, no concenso, estimativa e escolha totais, era preciso a influência de fatores ponderáveis, obscuros ou visíveis, todas de sensível e notável presença na psicologia da população solidária.

Mossoró foi o primeiro município do Rio Grande do Norte a aforriar sua escravaria. Natal foi a terceira capital do império a não ter escravos. Havia, visivelmente um sentido de repulsa contra a mercadoria humana e a nenhuma popularidade para o dono de escravos, fosse qual fosse sua importância política. Natal possuía em 1888, 152 e Mossoró, em 1883, apenas 86. Podia dispensá-los e dispensou-os, solenemente com discursos, bandeiras, sessões eloquentes, cerimonial que significa tipicamente quanto se sabia do valor simbólico daquela manumissão em massa.

Não havia improvisação nem arregatamento. Tudo decorria de plano estabelecido e certo estudado e vivido com precisão, desenvoltura e nitidez. Desejavam todos que Mossoró terminasse uma fase de sua história social e iniciasse outra, limpa e natural sem nódoas do negro obrigado ao trabalho sem paga e ao dever sem direito.

Toda esta representação coletiva, não nasce como um fato cotidiano ou algo elementar.

A história de Mossoró fora uma história de fazendas de criar história difícil porque faltava água. O mossaoroense invertendo os termos de uma premissa demográfica, fixou-se antes de encontrar água e foi conquistá-la à terra, como um colorário de sua presença. Foi um dos raros povos que escolheu livremente o local de sua cidade e a planta antes de recensear os elementos favoráveis do seu desenvolvimento. Fora as águas torrenciais do rio Mossoró em quadra de inverno, o curumim mossaoroense bebeu água de cacimba, cavada na areia mole e úmida das vazantes, valorizada pela escassez, custosa pelo esforço. O século XIII é uma era de fixação e desbravamento siteiro, mas todo século XIX é a batalha pela água, a reserva um tanto precária dos pequenos açudes, as barragens humildes que retardam, na linha dos escama-peixes, o escoamento do rio para a velocidade do Atlântico. Foi necessário não apenas a conquista da terra aos indígenas e a solidão, mas escuro as unidades que os torna-

riam ubérrima. Ubérrima na relativa precariedade útil do que seria preciso para viver. O indispensável é que vivesse farta e solta a boiada, urrando ao entardecer ao derredor das cacimbas sem preço, arrancadas às escuras do solo improdutivo.

O ciclo do gado predispõe justamente ao individualismo da casa-grande do engenho, do processo extrativo da indústria açucareira. Da varanda da casa-grande o senhor fiscalizava a linha ondulada dos canaviais. Lá embaixo a fila curvada enfrenta os leirões e sob o olhar do feitor. Só serão úteis trabalhando de grupo, de enfiada de rebanho. Quando cantam, cantam todos, num coral nostálgico e que a surda batida das enxadas marca o compasso melancólico. A promiscuidade das senzalas lhes dá a unidade de culinária e dos costumes. Devem estar juntos para a mais fácil vigilância feitoral, Jogos de roda, círculos de sambas, batucadas ao redor dos tambores, um tanto quanto ressonantes, jogos ginásticos de coreografia excitadora no meio do palco orulado, ao chão sujo e convidativo aos pés ritmadores do zambê. Em função vive o grupo maciço que amanhã voltará ao eito, " que o folgado é só de noite ". Folga negro, não é possível que o senhor-moço venha distrair-se pegando no cabo da enxada ou ceifando a facão o dorso reluzente da cana-de-açúcar. Interessará possivelmente uma negrinha, mas, jamais a participação do ritmo negro do trabalho canavieiro. Ainda é o grupo a turma-do-fogo para alimentar as taxas, correar, levar as formas, transportá-las para os carros de bois. Com o título de " mestre " apenas dois negros usam a hierarquia nobre que a função lhes deu; o mestre do açúcar e o mestre carreiro. *Junta ?*

Na criação de gado a lida unificou os homens ricos e pobres. Os donos e os escravos estão na mesma linha forte de coragem e de batalha. Não pode haver diferenciação específica nas missões de dar campo para o moço branco e o negro escravo. São dois vaqueiros e vestem a mesma véstia de couro. Encontraram o mesmo perigo, o mes

mo terreno, a mesma furta, o aclave súbito e escabroso como uma viagem. Os cavalos serão os melhores e os sofríveis. Não podem dar ao vaqueiro escravo o pior cavalo porque o serviço não se fará. A honra da fazenda é não perder o touro bravo, o novilho famoso, já cantado pelos poetas da ribeira como invencível. Bota o boi no mato é uma nódoa no armorial fazendeiro. O cavalo do escravo é como a montada de um pajem feudal, também nobre porque conduz um servo brazonado pelas cores fidalgas da casa comital. Vão os dois patrão e servo, para a mesma batalha lado a lado, ao encontro do mesmo fim, com disposições idênticas e nas veias a mesma herança, orgulhosa de vaqueiros e de cavalos sem derrotas.

Alguns escravos das fazendas vinham morar nas cidades. Trazi-  
am um ofício, carpinteiros, ferreiros, seleiros. Na praça habilita-  
vam-se, aperfeiçoando a técnica e eram rendimentos vivos, pagando  
salários diários aos senhores e escondendo os saldos que sua pe-  
rícia facilitada.

O egocentrismo canavieiro não permitia esta libertação su-  
cessiva do escravo, esta manumissão vencida nas prestações dos pe-  
queninos sucessos financeiro do artesanato.

Mossoró nasceu e viveu neste ambiente e a mentalidade forma-  
da em sua população rural e citadina não se modificou na expan-  
são do arraial de Santa Luzia, que se tornara vila e cidade de RN  
hoje Mossoró.

A massa escrava necessária a uma fazenda é sempre infinita-  
mente inferior a indispensável para um engenho de açúcar. Por is-  
so a reação escravocrata dos vales açucareiros foi mais forte e  
coerente. E o movimento abolicionista encontrou dificuldades radi-  
cais e teimosas nas varandas das casas-grandes e muito menor nos  
alpendres das residências fazendeiras.

Explicará sociologicamente, porque as vozes dos reclames abo-  
licionistas encontravam eco e repercussão simpática nos arredos -

res de Mossoró e nos moradores da cidade, proprietários de sítios e, em sua maioria absoluta, criadores de gado.

Em Mossoró o dia maior, a efeméride máxima, é o 30 de setembro mas a data se tornou oficial pela lei municipal nº 30, de 13 de setembro de 1913, quando a intendência era presidida pela inesquecível Francisco Izódio de Souza. Sua popularidade indescritível e a santa continuidade mantida por todos os presidentes de intendência e prefeitos de Mossoró provém do fenômeno de aclamação coletiva de aceitação jubilosa, dando cada ano, a demonstração popular e pública de que o ato de 1883 fora resultado de vontade geral não, convencida pelos discursos, mas consciente de efetivação imediata, de uma reparação ao crime jurídico, alforriando quem nunca julgara espiritualmente, escravo e necessitando de direitos.

A imprensa exerceu um papel fundamental no processo abolicionista de Mossoró. Vários foram os jornalistas que se destacaram como por exemplo, Jeremias da Rocha Nogueira. Atuando no jornal mossoroense, ele sempre deu ênfase a essa questão dando aos seus artigos um cunho verdadeiro. A loja maçônica também teve o seu papel, importante no movimento da libertação dos escravos na Terra de S. Luzia. Os maçons fundaram a loja maçônica " 24 de junho " passaram a se comunicar com os abolicionistas do Ceará pelo motivo da cidade de Mossoró ficar nos limites com aquela província.

A loja maçônica tinha como orador, José Octácio Pereira Lima e como venerável Frederico Antônio de Carvalho.

Outra instituição que deu um grande incentivo para a libertação dos escravos, foi a sociedade libertadora mossoroense, que foi

instalada no dia 19 de janeiro daquele ano, tendo como órgão divulgador " O Libertador ". *(fonte?)*

A sociedade libertadora mossoroense foi instalada na Câmara Municipal de Mossoró cujos presidentes eram Joaquim Bezerra da Costa Mendes, Romualdo Lopes Galvão, orador Paulo Leitão, Lourenço de Almeida, 1º secretário Frederico Antônio de Carvalho, 2º secretário Antônio de Souza Pinto.

A batalha 10 de junho foi também um símbolo relevante na libertação dos escravos no ano de 1883, nas dependências da sede da loja maçônica com apoio da sociedade libertadora mossoroense e o povo de Mossoró cujo total era de 86, conforme o registro da coletoria do município.

Esse esforço simbolizado pela vontade da sociedade mossoroense ficou sendo conhecido como a batalha de 10 de junho, visto, os abolicionistas mossoroenses tinham deflagrado na companhia a fim de convencer os senhores que deveriam libertar os seus escravos. Segundo os abolicionistas neste dia deveriam ser libertos todos os escravos de Mossoró. Contudo, não aconteceu pelo motivo de algumas resistências provocadas por aqueles que não aceitavam a libertação dos escravos. Mas essa campanha acabou por libertar todos os escravos.

No dia 30 de setembro de 1883, as 12 horas, nas dependências da Câmara municipal de Mossoró, presidia Joaquim Bezerra da Costa.

Se percebesse que a questão abolicionista do caso Mossoró recebeu em essência uma heróica e bravia. Ora, no ano de 1883 a escravidão estava praticamente acabada pouco se tem para dizer da glória de liberdade do povo que mesmo sem as correntes encontrava-se cansados na sua força física, força esta consumida nos campos, consumida nos currais e gasta moralmente pelo escarnio desumano do senhor.

- ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a África, Contexto. São Paulo, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, 1963.
- ARYTON, José Lima de. A Escravidão Negra no R.N. Natal, 1988.
- ALMEIDA, Benedito Pires de. Vietê, Os Escravos e a Abolição. Rio de Janeiro, 1944
- ALMARAL, Luís. História Geral da Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, 1890.
- CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão Negra do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.
- COSTA, Emúena Viotti. Da Senzala a Colônia. São Paulo, 1966.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, 1961.
- MATOSO, Kátia M. de Queiroz. Ser escravo no Brasil. São Paulo, brasiliense, 1982.
- MOURA, C. Os Quilombos e a Rebelião Negra. São Paulo, brasiliense, 1983.
- MONATO, Raimundo. História Social da Abolição na Cidade de Mossoró. Coleção mossoroense.
- PINSKY, J. Escravidão no Brasil. 3<sup>o</sup> ed, São Paulo, Global, 1983.
- QUEIROZ, Sueli Robes Reis de. Escravidão Negra no Brasil. Rio de Janeiro, 1977.

ROSADO, Vinght. Andanças pela história de  
Mossoró. Coleção mossoroense.

ROSADO, Vinght. Alguns Subsídios a raça  
Quase Centenária da Abolição Mossoroense.  
se.